

MP cobra mudanças

Na próxima segunda-feira, o presidente da Empresa Brasiliense de Turismo (Brasiliatur), César Gonçalves, vai se reunir com representantes do Ministério Público do Trabalho para assinar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) em que terá de se comprometer a realizar concurso público no órgão criado por lei aprovada pela Câmara Legislativa em abril de 2007.

A Brasiliatur não tem quadro de pessoal próprio. Os empregados são contratados sem concurso público, pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou são requisitados de outras áreas do governo. O custo mensal com pessoal chega a R\$ 330 mil, para 59 empregados e quatro diretores. Os salários dos diretores chegam a R\$ 18 mil, acima da remuneração do governador e do vice-governador. O que mais desagrada aos procuradores do MP, no entanto, é a contratação direta.

Pela lei distrital, a Brasiliatur teria dois anos, a partir de sua criação, para iniciar o processo de seleção. Mas a procuradora Ludmila Lopes ressalta que o órgão deveria ter tomado as providências para o concurso público antes mesmo de abrir as portas. O presidente da Brasiliatur, César Gonçalves, assegura que vai obedecer às determinações do Ministério



CÉSAR GONÇALVES: PROMESSA DE SE ADEQUAR A EXIGÊNCIAS

Público. Ele também se reuniu com a procuradora-geral do Ministério Público de Contas, Cláudia Fernanda Oliveira, para tratar dos gastos excessivos com patrocínios a eventos. "Vamos nos adequar a todas as exigências", garante.

Desde o ano passado, o Tribunal de Contas do Distrito Federal já havia recomendado a suspensão de repasses de recursos para eventos religiosos que não atendam ao interesse público. Entre as formas de analisar esse critério está a inclusão da festa no calendário oficial da cidade. Mesmo assim, a Brasiliatur repassou R\$ 150 mil para o Congresso das Mulheres Virtuosas, fruto de uma emenda do deputado distrital Júnior Brunelli (DEM). (AMC)